



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UNICEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
PEDAGOGIA- FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL

Deise Bordin Nimitt

A SEXUALIDADE DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

BRASÍLIA
2008

Deise Bordin Nimitt

A SEXUALIDADE DA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia das Séries Iniciais do Ensino Fundamental da Faculdade das Ciências da Educação e Saúde, do Centro Universitário de Brasília – UNICEUB, como parte das exigências para a conclusão do Curso.

Orientadora: Professora Dra. Maria Eleusa Montenegro.

BRASÍLIA
2008

À orientadora, Dra. Maria Eleusa Montenegro, pelo incentivo, sabedoria , dedicação e paciência ao ensinar.

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ter me concedido saúde e força para chegar até aqui.

Ao meu esposo por andar junto comigo nessa longa caminhada, fonte da minha coragem para enfrentar os problemas e motivo maior que me faz lutar pelos meus sonhos incansáveis, com seu amor, respeito, atenção, carinho, confiança e dedicação.

Aos meus filhos que são a razão da minha vida, sempre estiveram ao meu lado, por toda compreensão nos momentos de ausências em que não estive presente e ao incentivo dado na hora em que eu mais precisei. Muito obrigada.

As minhas professoras, em especial a professora Celeida, que tiveram grande paciência comigo, sempre me respeitando e me dando-me a base profissional e me incentivando a correr em busca dos meus sonhos.

A minha grande amiga Magalis, pelo exemplo e dedicação que acreditou na minha capacidade e competência profissional.

A minha família, em especial minha mãe que sempre me incentivou a seguir meus estudos.

E a todos os meus colegas de faculdade pela companhia nos momentos de descontração, pelo calor humano que recebi nos momentos em que eu necessitava.

***“A sexualidade faz parte de nossa
conduta.
Ela faz parte da liberdade em nosso
usufruto deste mundo”.
(Michel Foucault)***

RESUMO

A educação sexual é um tema transversal proposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais e no Currículo Básico de Educação das Escolas Públicas do Distrito Federal, do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª séries. Os profissionais da educação e os pais observam a grande necessidade da abordagem deste tema, em sala de aula, sobretudo, quando se trata da sexualidade da criança com Síndrome de Down. Diante desta consideração, neste trabalho buscou-se observar e compreender como deve ser realizada a educação sexual da criança com Síndrome de Down. O referencial teórico que deu sustentação a este estudo contemplou os autores: Camargo (1999); Guimarães (1995); Lopes (2001); Piaget (1972); Pinto (1999); Suplicy (1999); entre outros. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa e, o instrumento, a entrevista. Foram entrevistadas: uma especialista, duas professoras e uma pessoa com Síndrome de Down. As categorias utilizadas para análise e discussão de dados foram às seguintes: a sexualidade nos alunos com Síndrome de Down; o trabalho do professor com esses alunos; a importância da orientação sexual; a diferença do trabalho com alunos com Síndrome de Down; recursos metodológicos para o trabalho; dificuldades encontradas; apoio recebido da escola e da SEEF; orientação aos pais; formação para o trabalho; e orientações aos professores. Os principais resultados encontrados foram os seguintes: necessidade de se discutir e desenvolver a orientação sexual na criança com Síndrome de Down; discussão prévia do tema por todos os envolvidos no trabalho de orientação sexual; investir na formação de professores; e utilizar uma linguagem apropriada à faixa etária dos alunos. Os conteúdos de orientação sexual devem ser flexíveis, visando atender às curiosidades e interesses individuais de cada aluno que possui a Síndrome de Down. É importante lembrar que a linguagem usada deve estar de acordo à faixa etária dos alunos, para que estes possam entender os conteúdos transmitidos.

Palavras-chave: Educação sexual. Sexualidade. Síndrome de Down.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	JUSTIFICATIVA.....	9
1.2	DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA.....	10
1.3.	OBJETIVOS.....	10
1.3.1.	Objetivo geral.....	10
1.3.2	Objetivos específicos.....	10
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1	HISTÓRICO SOBRE AS NECESSIDADES ESPECIAIS	12
2.2	A EDUCAÇÃO SEXUAL E A ORIENTAÇÃO SEXUAL AOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN	15
2.2.3	CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA SÍNDROME DE DOWN.....	16
3	METODOLOGIA	22
3.1	PESQUISA QUALITATIVA.....	22
3.2	INSTRUMENTOS DA PESQUISA.....	23
3.3	CENÁRIO E PARTICIPANTES	24
3.4	ESPECIFICAÇÕES DAS FASES DA PESQUISA.....	24
3.5	CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	24
3.5.1	Categorias Selecionadas.....	25
3.5.2	Organização, análise e discussão dos dados.....	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
	REFERÊNCIAS	31..... 3
	APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA PROFESSORES E ESPECIALISTAS	34 3
	ANEXOS	
	A – A Educação Especial no Plano Nacional de Educação.....	35
	B – A Educação Especial na Lei Nº 9394/96.....	48

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade faz parte de nossa conduta.
Ela faz parte da liberdade em nosso usufruto deste mundo.
Michel Foucault

Com o objetivo de se conhecer mais sobre a sexualidade e a educação sexual da criança com Síndrome de Down e de conscientizar sobre a importância da educação sexual, propôs-se esta pesquisa, a fim de buscar informações para que a intervenção pedagógica com estas crianças seja feita de maneira eficaz, sem que haja a imposição de crenças, mitos ou tabus.

Esta pesquisa foi realizada junto a professores e especialistas, verificando sua prática pedagógica e investigando meios e recursos didáticos para o processo de educação sexual das crianças com Síndrome de Down.

Segundo Nunes e Silva (2000), a sexualidade não está concentrada somente nos órgãos genitais, mas também no restante do corpo. Conceituam, assim, a sexualidade infantil como forma de prazer. Isto torna o papel da orientação sexual ainda mais importante, visto que a criança pode manifestar sua sexualidade tanto nas relações familiares como escolares.

A pesquisa abordou vários temas ligados à educação sexual, à sexualidade, características e o histórico sobre a condução da Síndrome de Down, que podem ajudar a esclarecer dúvidas sobre como lidar com a curiosidade e com a necessidade das crianças com dessa Síndrome.

Com este trabalho, considera-se a possibilidade de ampliar a visão dessa acadêmica em relação à sexualidade de alunos com Síndrome de Down, propondo-se meios de condução de uma forma eficaz e saudável.

A importância dessa pesquisa está na possibilidade de uma orientação sexual de maior qualidade, contribuindo para a inclusão, desenvolvimento e a formação da criança com Síndrome de Down.

1.1 JUSTIFICATIVA

Nos últimos anos, observou-se um acréscimo no que diz respeito à curiosidade infantil em torno do tema sexualidade, provavelmente incentivado pela mídia. A escola passou então a ter um papel fundamental no que diz respeito à orientação sexual. O principal objetivo desse trabalho foi buscar informações sobre a sexualidade da criança com Síndrome de Down.

O desenvolvimento da sexualidade da criança é um momento que gera muita curiosidade, devido a intensas mudanças físicas, cujos efeitos exigem uma nova realidade psico-social. Nesse momento de transformação, o corpo fica inundado de hormônios sexuais, despertando uma nova etapa do corpo, gerando o interesse e o desejo pelas práticas sexuais.

Partindo de experiências acerca da sexualidade das crianças nas séries iniciais do Ensino Fundamental, deparam-se muitas vezes com dúvidas e curiosidades sobre o assunto, mas nem sempre o professor está preparado para esclarecê-las da maneira correta, seja pelo seu conteúdo, pela faixa-etária dos alunos, ou mesmo devido a problemas relacionados à sua própria formação pessoal.

A educação sexual não estimula a curiosidade e o desejo sexual, conforme dizem algumas pessoas. O que os causam é o ocultamento, o mistério e o tabu, que geram idéias confusas, dúvidas, inseguranças, malícia, fantasias deturpadas, além da supervalorização dos temas relacionados à sexualidade.

É necessário que, desde cedo e de acordo com o nível de maturidade, a criança com Síndrome de Down tenha uma boa orientação sexual, contribuindo para a sua qualidade de vida.

1.2 DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Esta pesquisa surgiu da necessidade de se conhecer a sexualidade na criança com Síndrome de Down e perceber como o professor lida com essa sexualidade nas situações do dia-a-dia da criança, quais as curiosidades, interesses e dúvidas dessas crianças em relação ao sexo.

Nesse sentido, houve a necessidade de se saber como o professor trabalha essa sexualidade, quais os conteúdos e atitudes devem ser levados em consideração na educação sexual da criança com Síndrome de Down.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Conhecer e compreender sobre a sexualidade de alunos com Síndrome de Down de modo a colaborar com os professores.

1.3.2 Objetivos Específicos

- Verificar como se apresenta a sexualidade em alunos com a Síndrome de Down;
- Investigar como os professores orientam seus alunos com Síndrome de Down em relação à educação sexual;
- Perceber a formação do professor para o trabalho com as crianças com Síndrome de Down.

- Identificar conteúdos e atitudes que deverão ser desenvolvidos durante a educação sexual.
- Conhecer e compreender o apoio recebido da escola e da Secretaria de Educação quanto a este aspecto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Antes de se tratar da sexualidade da criança com Síndrome de Down, acredita-se ser conveniente realizar uma pesquisa baseada em vários autores que fundamentam o trabalho desejado, para o desenvolvimento do tema, entre elas: um breve histórico sobre as necessidades especiais; conceito de sexualidade e orientação sexual; as características e desenvolvimento da criança com Síndrome de Down.

2.1 HISTÓRICO SOBRE AS NECESSIDADES ESPECIAIS

No decorrer de toda a história da humanidade, pode-se perceber que o sujeito com necessidades especiais sempre foi alvo de estigmas, como afirma Mantoan (1997). Eram excluídas do convívio, ou intencionalmente eliminadas, pois não respondiam às exigências econômicas da época. Não se prestavam ao escravismo, nem à formação para guerreiros. Na Idade Média, eram tratadas como “demônios” ou pessoas com “poderes sobrenaturais”, ou seja, sua dimensão humana, sua capacidade de aprender, de conviver socialmente eram negadas. Foram, então, segregadas e submetidas a trabalhos forçados.

Ainda, segundo Mantoan (1997), ao longo do tempo, apesar de algumas iniciativas, a evolução dos programas de educação para as pessoas com necessidades educacionais especiais não apresentou grandes avanços. Somente no início do século XX começaram a surgir escolas destinadas a pessoas com necessidades especiais. Essas escolas, contudo, segregavam os alunos com necessidades especiais pelo simples fato de serem exclusivas a estas pessoas. Da metade do século para os dias de hoje, vêm-se aprimorando as técnicas para sua educação. As pessoas com necessidades especiais ganharam respaldo na Constituição Brasileira (1988), que repassa para o Estado o dever de zelar pelos indivíduos com necessidades especiais.

Atualmente, a sociedade está conscientizando-se de que as pessoas com essas necessidades devem ocupar seus espaços de cidadãos exercendo seus direitos, como a educação, trabalho, lazer, ou seja, ter oportunidade de viver dignamente. A isso se chama de inclusão - a adaptação da sociedade aos indivíduos que estão à margem da mesma. Porém, o mais comum hoje é a integração, isto é, o grupo procura adaptar as pessoas com necessidades especiais à sociedade.

O artigo 23, inciso II, da Constituição Brasileira (BRASIL, 1988) diz que é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios “cuidar da saúde e assistência pública as pessoas com necessidades especiais”. O artigo 24, em seu inciso XIV, mostra que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal, legislar concorrentemente sobre “proteção e integração das pessoas com necessidades especiais”.

Quanto à educação, o artigo 208, inciso III (BRASIL, 1988), garante que o dever do Estado será efetivado mediante a garantia de “atendimento educacional especializado as pessoas com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Embora a legislação brasileira explicita os direitos do cidadão com necessidades especiais, esses direitos muitas vezes não são respeitados e desconhecidos pelas pessoas que zelum pelo sujeito.

Por muito tempo ignorou-se essa questão, evitando-se falar sobre o assunto. Hoje, percebe-se uma pequena mudança em relação ao sujeito com necessidades especiais. Diante disso, faz-se necessário debater e analisar cada vez mais a idéia de que esse indivíduo é um ser que precisa constantemente de alguém, um ser dependente, que precisa de cuidados constante para se desenvolver, mas que, muitas vezes, é tratado como um “coitado”, sem vontade e iniciativa própria. Precisa-se modificar esta atitude e passar a considerar o sujeito com necessidades especiais como um ser pensante, ativo e construtor do seu próprio conhecimento, propiciando a sua interação e fazendo-o adquirir autonomia.

Carvalho (1998), acredita que sob este enfoque cabe a escola oferecer a todos a igualdade de oportunidades, através de um projeto político pedagógico que contemple um permanente processo de reflexão e busca de alternativas para efetivar a sua ação.

Para Sassaki (1997), embora saibamos que é fundamental que as oportunidades sejam oferecidas a todas as pessoas, com ou sem necessidades especiais, a inclusão social só se dá quando a sociedade procura adaptar-se para incluir todas as pessoas, esta então precisa ser capaz de atender as diferentes necessidades.

De acordo com Werneck (1995) pessoas com Síndrome de Down que tiverem a possibilidade, desde cedo, de utilizarem tratamentos adequados, que nasceram com potencial melhor, ou seja, alterações da síndrome menos grave, que vivem em sociedades e culturas que não exigem delas um rendimento além de suas possibilidades, podem chegar a ter uma vida feliz, em alguns casos, tornando-se independentes.

Para melhor desenvolvimento da criança com a Síndrome de Down, é preciso que seu tratamento comece o mais cedo possível. Esse tratamento é feito através de uma série de cuidados específicos, com atendimento especial, realizado por uma equipe multiprofissional, envolvendo médicos, educadores, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos, psicomotricistas e terapeutas ocupacionais. A base para esse tratamento é um processo de estimulação precoce, e um processo educacional adequado.

2.2 A EDUCAÇÃO SEXUAL E A ORIENTAÇÃO SEXUAL AOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

A educação sexual constitui um dos temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN (MEC. BRASIL, 2001), que vem a ser o fornecimento de informações sobre sexualidade, pretendendo ser um espaço de reflexão e questionamentos sobre posturas, tabus, crenças e valores a respeito de relacionamentos e comportamentos sexuais.

Segundo os PCN a orientação sexual (MEC. BRASIL, 2001, p. 107):

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa desde cedo no ser humano. Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos.

Lorencini Júnior (1997, p. 28) afirma, sobre a educação sexual, que:

A educação sexual é um conjunto de informações desenvolvidas de forma assistemática sobre a sexualidade, devendo ser considerada como um processo de transformação e mudança, que parte de um projeto coletivo e atinge os indivíduos em suas particularidades e individualidades.

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB – 9394/96 (BRASIL.MEC, 1996) e os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN (MEC. 2001), a respeito da sexualidade, a concebem como parte integrante na formação do educando em todos os níveis de aprendizagem.

De acordo com o Currículo da Educação Básica das Escolas Públicas do Distrito Federal - Ensino Fundamental -1ª a 4ª série (BRASÍLIA.SEEF, 2002), a orientação sexual é um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo principal transmitir informações e levantar questões relacionadas à sexualidade, abrangendo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados.

Para se entender melhor a questão da sexualidade no sujeito com Síndrome de Down, primeiramente serão abordados os conceitos e as características dessa síndrome.

2.3 CONCEITO E CARACTERÍSTICAS DA SÍNDROME DE DOWN

De acordo com Alves (2007, p.27), a Síndrome de Down é uma alteração genética que ocorre no início da gravidez, durante a multiplicação das células. Suas principais características foram descritas em 1866, pelo médico inglês Langdon Down. Estima-se que, a cada 600 nascimentos, nasça uma criança com síndrome de Down, o que significa que, no Brasil, nascem 8.000 bebês Down por ano. Qualquer pessoa, independentemente de raça ou condição social, está sujeita a ter um filho Down.

Para Alves (2007, p. 23), a criança com Síndrome de Down apresenta atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais. Por isso, desde o nascimento, necessita de estimulação e apoio para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Advertindo sobre a criança com Síndrome de Down, Alves (2007, p. 27) cita algumas características físicas da síndrome de Down: olhos amendoados; cabeça pequena; boca pequena, geralmente entreaberta; musculatura flácida (hipotonia); mãos curtas e largas;

Quanto ao desenvolvimento: lentidão no desenvolvimento psicomotor; capacidade de aprendizagem reduzida; dificuldades no desenvolvimento da linguagem expressão; e articulação da fala (ALVES, 2007, p. 27).

Segundo Schwartzman, (1999, p. 234), a síndrome limita seu desenvolvimento, a deficiência que as crianças apresentam impedirá que elas absorvam todos os estímulos oferecidos pelo meio.

Evidentemente, conseguirão superar, embora tardiamente, parte das dificuldades nas diferentes etapas correspondente às suas idades. Haverá sempre a idade mental e a idade cronológica, uma divergência ampla, como resultado da falta de organização neurológica.

Até pouco tempo, acreditava-se que as crianças com Síndrome de Down eram apenas atrasadas, aprendiam tudo que uma pessoa normal aprende, só que em ritmo mais lento, decompondo o processo de aprendizagem em seqüência menores.

Schwartzman (1999, p. 234) , afirmou que “crianças com Síndrome de Down não são apenas atrasadas; têm uma série de dificuldades específicas de aprendizagem e

seus programas devem ser estruturados com vista a compensar diretamente essas dificuldades”. Por isso, é importante um processo educacional adequado. Deve-se educar a criança com Síndrome de Down de acordo com o potencial de cada um dos alunos, procurando atendê-los conforme suas dificuldades, sempre criando formas de realização educacional e profissional ao nível da capacidade e possibilidade de atuação de cada um.

Ainda sobre este assunto Werneck afirma que (1995, p. 125) o desenvolvimento das crianças com Síndrome de Down vai depender de suas condições neuropsicomotoras, ou seja, do nível de complexidade das alterações que afetam a síndrome, e do tratamento que eles recebem. As pessoas com a de Síndrome de Down que tiverem um bom tratamento com base num processo de estimulação precoce e um processo educacional adequado poderão ter uma boa qualidade de vida, a maioria deles são capazes de aprenderem a cuidar de si, ou seja, podem ser independentes em alimentação, vestuário, hábito de higiene, aprendem a ler e escrever, isto é, sua vida futura dependerá do potencial com o qual nascem e o tipo de vivência que experimentou na família e em outros grupos sociais.

Quanto ao aspecto emocional, para Alves (2007, p. 27), a criança com Síndrome de Down não é diferente da criança que não apresenta a síndrome: sua necessidade, desejos e sentimentos são os mesmos e cabe à sociedade oportunizar à criança um ambiente de respeito, sem preconceitos e discriminação, para que ela sinta-se amada e querida, favorecendo seu desenvolvimento físico, social e mental, facilitando a sua inclusão.

Desmistificar estigmas, preconceitos e propiciar oportunidades de participação da pessoa com Síndrome de Down em atividades rotineiras, deve ser a tarefa do educador no ambiente social, acreditando que ela é capaz de obter experiências reais de aprendizagem.

Para Beyer (2005, p. 1), o papel da escola, diante da inclusão, deve ser:

As escolas são chamadas a participar do projeto inclusivo, porém precisam se adequar rapidamente a uma realidade pedagógica que ainda não possuem. A comunidade escolar (professores, especialistas, alunos e famílias), principalmente, é chamada a envolver-se em um projeto pedagógico que desconhece e no qual se sente despreparada para desempenhar seu papel.

Falar sobre a sexualidade da criança com Síndrome de Down implica necessariamente em abordar o conceito sexualidade humana de forma ampla, em toda sua dimensão, ou seja, abrangendo os aspectos físico-biológicos e socioculturais.

Para Camargo e Ribeiro (1999, p. 58) quanto à sexualidade:

A criança tem o direito de sentir que seu corpo é adorável e bom e que é somente dela e apenas ela poderá decidir quem pode ou não tocá-lo. Há muito que fazer para aumentar seu sentimento de autoconfiança, considerando a proximidade, a intimidade, o amor e os sentimentos. É desafiador fornecer informações precisas, confiáveis, sem preconceitos para o estabelecimento da confiança mútua.

Partindo de experiências acerca da sexualidade nos anos iniciais, os educadores deparam-se muitas vezes com dúvidas e curiosidades sobre o assunto, mas nem sempre estão preparados para esclarecê-las da maneira correta, seja pelo seu conteúdo ou pela faixa-etária dos alunos.

Segundo os PCN (2001, p.112), sobre a sexualidade:

As manifestações de sexualidade afloram em todas as faixas etárias. Ignorar, ocultar ou reprimir são as respostas mais habituais dadas pelos profissionais da escola. Essas práticas se fundamentam na idéia de que o tema deva ser tratado exclusivamente pela família. De fato, toda família realiza a educação sexual de suas crianças e jovens, mesmo aquelas que nunca falam abertamente sobre isso. O comportamento dos pais entre si, na relação com os filhos, no tipo de “cuidados” recomendados, nas expressões, gestos e proibições que estabelecem são carregados de determinados valores associados à sexualidade que a criança apreende.

Ao abordar sobre as diferenças sexuais entre a menina e o menino com Síndrome de Down, Alves (2007, p. 66) afirma que:

Estudos mostram que tanto na criança com Down quanto na criança sem essa síndrome a sexualidade masculina é mais centrada nos órgãos genitais (no pênis). A sexualidade feminina é mais expressa sobre o seu corpo de uma forma mais discreta que os meninos. As meninas são mais protegidas e educadas de acordo com os moldes da sociedade.

Para Sayão (2000, p. 31), há muitas discussões a respeito do sexo, sexualidade e jogos sexuais, conforme a afirmação a seguir.

A criança ainda não tem essa idéia de sexo e prazer que você tem agora. Mas ela já saca que, mexendo em certas partes do corpo, sente uma coisinha muito gostosa por dentro. E quando descobre isso, assim meio sem querer, quer

fazer muitas vezes, isso acontece por volta dos três anos, mais ou menos. Dura um tempo e depois acaba por outros interesses.

Diante disto, é importante o trabalho de educação sexual na escola. Há a necessidade de reconhecer a sexualidade infantil. Muitos adultos acham desnecessário este tipo de educação, às vezes, por apresentarem certa ignorância em relação à sua própria sexualidade. Não ter recebido esse tipo de educação pode ser o motivo de não apoiarem; daí a necessidade de uma orientação sexual voltada não somente aos alunos, mas também aos pais que podem ser auxiliados diante das manifestações da sexualidade infantil.

Tendo em vista a importante participação da sexualidade no desenvolvimento de todo ser humano, é preciso reconhecer a necessidade de uma orientação sexual na escola capaz de preparar os educandos afetiva, cognitiva e socialmente, preocupando-se com as descobertas acerca de sua própria sexualidade, e tornando-os conscientes de si e do mundo. O estudo deste tema pretende também oferecer subsídios aos profissionais da área de educação para sanar dúvidas que venham a surgir e agir de acordo com as necessidades no dia-a-dia em sala de aula.

De acordo com Merleau-Ponty (1975), deve-se estar atento às informações e curiosidades da criança, mantendo-a informada no momento em que começam a aparecer às dúvidas em relação à sexualidade e ao sexo. Merleau-Ponty (1975, p. 28) afirma, sobre a sexualidade, que:

A importância da informação propriamente dita varia de acordo com o grau de desenvolvimento da criança, mas ela não constitui jamais a totalidade, possivelmente nem mesmo o essencial da educação sexual, sobretudo quando dirigida aos muitos jovens.

A criança com Síndrome de Down, como qualquer outro indivíduo, tem necessidade de expressar seus sentimentos de modo próprio e intransferível. A repressão da sexualidade, nestes indivíduos, pode alterar seu equilíbrio interno, diminuindo as possibilidades de se tornar um ser psiquicamente integral. Por outro lado, quando bem encaminhada, a sexualidade melhora o desenvolvimento afetivo, facilitando a capacidade de se relacionar, melhorando a auto-estima e a adaptação à sociedade.

Para comprovar isso, segundo os PCN (2001 p. 117):

A sexualidade tem grande importância no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, pois independentemente da potencialidade reprodutiva, relaciona-se com a busca do prazer, necessidade fundamental dos seres humanos. Nesse sentido, a sexualidade é entendida como algo inerente, que se manifesta desde o momento do nascimento até a morte, de formas diferentes a cada etapa do desenvolvimento. Além disso, sendo a sexualidade construída ao longo da vida, encontra-se necessariamente marcada pela história, cultura, ciência, assim como pelos afetos e sentimentos, expressando-se então com singularidade em cada sujeito.

De acordo com Guimarães (1995, p. 24), a discussão do tema sexualidade na cultura brasileira vem acompanhada de preconceito e discriminação. Quando o tema passa a ser sexualidade da criança com Síndrome de Down, o preconceito e a discriminação são intensificados e geram polêmica quanto às diferentes formas de abordá-lo, tanto com os próprios adolescentes, quanto com suas famílias e na escola, interferindo na aprendizagem.

Master e Johnson (1985) apontam a importância de reconhecer que nem todas as pessoas com necessidades educacionais especiais são semelhantes em suas capacidades de aprendizado e independência, estabilidade emocional e habilidade social, sendo que cada criança tem suas particularidades.

Advertindo ainda sobre este aspecto, Master e Johnson (1985 p. 48) afirmam que:

Apesar de suas limitações, quase todas as crianças são capazes de aprender a desenvolver algum nível de habilidade social e conhecimento sexual. Isso pode incluir habilidade para diferenciar comportamento apropriado e não apropriado e para desenvolver um senso de responsabilidade de cuidados pessoais e relacionamento envolvendo os cuidados com o próprio corpo e com os outros.

Master e Johnson (1985), ao considerarem que essas pessoas aprendem de uma maneira diferente e que cada criança possui suas particularidades, constatam que, a melhoria dos cuidados de saúde e o avanço social que as pessoas com Síndrome de Down vêm alcançando, nas últimas décadas, têm sido muito grande. Atualmente, por meio do processo de inclusão social, as pessoas com a Síndrome de Down são capazes de viver integradas na comunidade e, portanto, expostas a riscos, liberdades e responsabilidades. Essas crianças, durante o seu desenvolvimento, devem conhecer as transformações físicas e sociais que ocorrem durante o seu desenvolvimento.

Para Nunes e Silva (2000, p. 51), o desenvolvimento da sexualidade infantil depende muito da orientação que a mesma receberá acerca da sua própria sexualidade. Esses autores afirmam que a sexualidade tem uma participação relevante no desenvolvimento de cada um de nós, citando que “estamos fazendo muito pouco para que, pelo menos, a criança aprenda a ter e assumir seu próprio corpo. O corpo, que é ela própria, constitui seu ser, que vai vivenciá-lo pelo resto da vida e que deverá ser um instrumento de trabalho e prazer”.

Ainda, segundo Nunes e Silva, (2000, p. 51-52), a sexualidade é passada para as crianças, muitas vezes, como zona proibida, negando a existência de manifestações sexuais na infância. Criando na sexualidade essa zona proibida, o sexo passa a ser visto de maneira diferente, com bastante curiosidade. No momento em que surgirem as dúvidas e curiosidades, não há necessidade que os pais forneçam à criança um exagero de informações. A satisfação da curiosidade infantil a respeito da sexualidade, deve ser feita com a verdade, à medida que forem surgindo. Outro fator que é ressaltado por Nunes e Silva é a linguagem utilizada. É importante conversar com as crianças numa linguagem que elas dominem. As respostas devem acompanhar a natureza das perguntas. Devem ser simples, claras e sem muitos detalhes, ou seja, à altura da capacidade de entendimento da criança. A preparação deve ser gradativa, de acordo com o desenvolvimento e curiosidade da criança.

Os autores Nunes e Silva (2000) relatam que, geralmente, as crianças agem com naturalidade em relação à sexualidade, sem se preocuparem com padrões de comportamento impostos pelos adultos.

É importante estudar a sexualidade da criança com Síndrome de Down para que seja possível buscar alternativas de modo que a criança possa viver sua sexualidade da maneira mais saudável possível, sem traumas e tabus, orientando-a de forma adequada.

3 METODOLOGIA

3.1 PESQUISA QUALITATIVA

Para a realização dessa pesquisa foram utilizados pressupostos da abordagem qualitativa.

De acordo com Bodgan e Biklen (1982), a pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados descritivos, coletados no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatizando mais o processo do que o produto e preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes.

A pesquisa realizada possibilitou maior compreensão sobre a sexualidade da criança com Síndrome de Down e seu reflexo do processo ensino aprendizagem, oportunizando considerações sobre as inter-relações entre professor e aluno.

Este trabalho foi realizado com professores e especialistas da área de Educação Especial.

Para Demo (1986, p. 21), as características da pesquisa qualitativa são:

Determinar padrões, selecionar e classificar.
Fazer estudos de caso ou relatórios.
Isolar casos.
Observar seqüências, testemunhos, contexto.
Observar, entrevistar, registrar.
Percepção do fenômeno.
Produto: compreensão com ênfase em generalidades.
Selecionar casos.
Triangular, validar, interpretar.

Fonte: Demo (1986, p.21)

3.2 INSTRUMENTO DA PESQUISA

Partindo da necessidade de se saber como a sexualidade da criança com Síndrome de Down, no processo de desenvolvimento do sujeito, é trabalhada nas escolas, este trabalho utilizou a entrevista (Apêndice) como instrumento de coleta de dados, demonstrando a necessidade do trabalho de educação sexual na escola, procurando entender como e por que esse processo ocorre, definindo o papel dos envolvidos no processo.

A entrevista consiste numa conversa intencional, geralmente entre duas pessoas, embora por vezes possa envolver outras e ser dirigida por uma delas, com o objetivo de obter informações sobre a outra. No caso do investigador qualitativo, a entrevista surge com um formato próprio. A entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma idéia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo (BOGDAN; BİKLEN, 1994, p.134).

Essas entrevistas visaram coletar dados para analisar a sexualidade infantil no ambiente escolar.

3.3 CENÁRIO E PARTICIPANTES

A pesquisa foi realizada junto a três professoras sendo uma especialista em Educação Especial e mais uma pessoa com Síndrome de Down, que respondeu juntamente com a mãe, atuam nas series iniciais do Ensino Fundamental da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Estes dados serão pesquisados junto a duas escolas do Plano Piloto, Brasília, Distrito Federal, sendo uma particular e uma pública.

3.4 ESPECIFICAÇÃO DAS FASES DA PESQUISA

Este trabalho iniciou-se no segundo semestre de 2007, com a pesquisa bibliográfica referente ao tema escolhido. Em seguida, começou-se a fundamentação teórica que foi concluída em junho de 2008, buscando-se compreender, nos autores escolhidos, alguns conceitos para a compreensão da sexualidade da criança com Síndrome de Down.

Em novembro de 2007 foi elaborado o instrumento de pesquisa, sendo escolhida a entrevista, a qual foi aplicada a professores e especialistas, no período de março a abril de 2008.

A organização, a análise e a discussão dos dados foram realizadas em abril e maio de 2008.

As considerações finais foram feitas em junho, verificando-se as principais contribuições do trabalho para os profissionais da educação.

A redação final da Monografia e a apresentação oral foram realizadas em junho de 2008.

3.5 CATEGORIAS, ORGANIZAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

3.5.1. Categorias selecionadas:

As categorias escolhidas para este trabalho foram:

- A sexualidade nos alunos com Síndrome de Down;
- O trabalho do professor com alunos com esses alunos;
- A importância da orientação sexual;
- Diferença do trabalho com alunos com Síndrome de Down;

- Recursos metodológicos para o trabalho;
- Dificuldades encontradas;
- Apoio recebido da escola e da SEEF;
- Orientação aos pais;
- Formação para o trabalho.
- Orientações aos professores.

3.5.2. Organização, análise e discussão dos dados

Os dados foram coletados através de uma entrevista junto a três professoras sendo uma especialista em Educação Especial e mais uma pessoa com Síndrome de Down, que respondeu juntamente com a mãe.

A pessoa com Síndrome de Down é representante da Associação da Síndrome de Down do DF.

Quanto à faixa etária das participantes, duas estão entre a faixa etária de 30 a 39 anos, uma entre 40 a 49 anos e uma entre 20 a 29 anos, sendo todas do sexo feminino.

Os dados foram analisados e discutidos nas categorias propostas, conforme descrição a seguir:

As três profissionais entrevistadas concordaram que a orientação sexual deve ser para todas as crianças, não havendo diferenciação com relação à criança com Síndrome de Down. A educação sexual deve ser realizada de forma clara e sucinta, utilizando-se de uma linguagem verdadeira e adequada à faixa etária.

O trabalho com a orientação sexual deve ocorrer de acordo com o desenvolvimento e a curiosidade da criança, como citam Nunes e Silva (2000), ao afirmarem que a linguagem utilizada deve ser simples, clara e de acordo com a capacidade de entendimento da criança.

As especialistas concordam que a orientação sexual é muito importante para a criança, pois acreditam ser necessária para que tenham consciência do seu corpo.

As entrevistadas “A e D” afirmaram que a sexualidade da criança com Síndrome de Down é bem mais “aflorada”.

A entrevistada A defendeu que a orientação sexual para a criança não é necessária e vai mais além, alegando que o controle da sexualidade não depende da criança. “Ela acredita que, quem deveria receber, é quem trabalha junto com essa Down todo dia, professores, pais, pois eles na maioria das vezes não sabem sobre isso”, o que se encontra de acordo com o pensamento de Nunes e Silva (2000) Esses autores afirmam que a sexualidade não está concentrada somente nos órgãos genitais, mas também no restante do corpo. Conceituam, assim, a sexualidade infantil como forma de prazer. Isto torna o papel da orientação sexual ainda mais importante, visto que a criança pode manifestar sua sexualidade tanto nas relações familiares como nas escolares.

A entrevistada D alegou que a criança com Síndrome de Down tem a sexualidade mais aguçada e que o trabalho deve ser muito mais detalhado. Neste caso, Alves (2007) acredita que a criança com Síndrome de Down apresenta atraso no desenvolvimento das funções motoras e mentais. Por isso, desde o nascimento, necessita de estimulação e apoio para o desenvolvimento de suas potencialidades.

Quanto aos recursos utilizados, as entrevistadas “B e D”, concordaram que não existe um programa específico nos anos iniciais do ensino fundamental para este trabalho e sim ações isoladas.

Já a entrevistada “A” afirmou que os recursos deverão ser avaliados para cada caso, pois nem toda criança com a Síndrome de Down tem a mesma compreensão sobre determinados assuntos e sugeriu como recursos metodológicos filmes, teatros, recortes de revistas etc.

Esses recursos encontram-se de acordo com o pensamento de Alves (2007), de que a criança com Síndrome de Down não é diferente da criança que não apresenta a síndrome: sua necessidade, desejos e sentimentos são os mesmos e cabe à sociedade oportunizar à criança um ambiente de respeito, sem preconceitos e discriminação, para

que ela sinta-se amada e querida, favorecendo seu desenvolvimento físico, social e mental, facilitando a sua inclusão.

As entrevistadas “A, B e C”, com relação às dificuldades encontradas para o trabalho com essas crianças, afirmaram que não encontram dificuldades, sentindo-se seguras e preparadas e que isto faz parte da formação do professor. Já a entrevistada “D” afirmou que encontra muitas dificuldades e que é um desafio trabalhar com crianças com Síndrome de Down.

Este último caso, não está de acordo com o pensamento de Beyer (2005), quando este declara que “a comunidade escolar (professores, especialistas, alunos e famílias), principalmente, é chamada a envolver-se em um projeto pedagógico que desconhece e no qual se sente despreparada para desempenhar seu papel”.

Em relação à orientação aos pais, as participantes “A e C” afirmaram que não conhecem nenhum programa específico aos pais.

A entrevistada “D” citou que, quando há um bom trabalho com os pais, a criança se desenvolve bastante, superando suas limitações.

Segundo Nunes e Silva (2000), a família é o único núcleo básico das representações sexuais, porém a escola é a responsável pela socialização da criança, tratando sua sexualidade de modo a valorizar os conhecimentos trazidos do meio familiar. Ainda, a respeito deste tema, Ribeiro (2005) salienta a importância da família no desenvolvimento da criança. Para este autor, a família é a primeira referência do mundo e um espaço de discussão e crescimento mútuo.

Em relação à formação para o trabalho, as entrevistadas A, B e D, concordaram que o professor deve estar bem preparado.

A entrevistada “A” vai mais além, afirmando que os professores encontram-se despreparados para trabalhar na rede regular de ensino com crianças com Síndrome de Down. Frisou que primeiramente os professores têm que saber sobre o desenvolvimento da sexualidade da criança e do adolescente e sobre a patologia da Síndrome de Down, para poderem compreendê-los.

Ainda sobre a formação do professor, a entrevistada “C” posicionou-se diferentemente das demais, afirmando categoricamente que não precisaria se os professores fossem mais informados, não necessitando de títulos. Sobre este aspecto,

Master e Johnson (1985) consideram que essas pessoas aprendem de uma maneira diferente e que cada criança possui suas particularidades. É importante estudar a sexualidade da criança com Síndrome de Down para que seja possível buscar alternativas de modo que a criança possa viver sua sexualidade da maneira mais saudável possível, sem traumas e tabus, orientando-a de forma adequada.

Segundo as entrevistadas as sugestões que dariam para os professores são:

- Que nunca os subestimem, pois cada caso é um caso;
- Busquem se informar, ler e não esperem “receitas prontas”;
- Que respeitem o sujeito com Síndrome de Down, como qualquer outro sujeito, e que faça um trabalho multidisciplinar e multiprofissional, adequando-os às reais necessidades da criança com Síndrome de Down;
- Que não discriminem a criança e dar a mesma educação que é dada para as crianças ditas normais;
- Chamem a atenção quando for necessário;
- Que estejam em constante formação e atualizados, pois, só através do estudo é que se poderão desenvolver um trabalho de sucesso com essas crianças e com todas as outras com as quais trabalharem.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho percebeu-se como é grande a necessidade de se discutir e desenvolver uma orientação sexual adequada à criança com Síndrome de Down.

Alguns pais e professores reconhecem a necessidade da orientação sexual como parte importante e indispensável para a formação do indivíduo. Entretanto, nem todos eles consideram essa importância.

O tema educação sexual não é nenhuma novidade, pois existe desde que os homens viviam em comunidade, sendo passado de geração a geração, apesar de sofrer influências da sociedade na qual estava inserido.

Os conteúdos relacionados à sexualidade costumam serem polêmicos para os educadores, pais e comunidade escolar. Para um bom encaminhamento da questão, acredita-se fundamental a discussão prévia do tema por todos os envolvidos no trabalho de orientação sexual.

A educação sexual da criança com Síndrome de Down deve ser um processo de intervenção pedagógica e tem como objetivo principal transmitir informações de modo a conduzir, de maneira mais adequada possível, a sexualidade dessa criança.

Os PCN deixam claro que a função da escola é transmitir informações e problematizar sobre aspectos relacionadas à sexualidade, contribuindo, assim, para o pleno desenvolvimento do educando. Nesse sentido, é preciso que a escola reveja o seu papel.

Os educadores devem estar dispostos a enfrentar desafios, devendo ter dedicação e tranquilidade com relação ao assunto, procurando estudar o tema de forma crítica e seletiva, objetivando chegar a uma ideia mais próxima da realidade sobre a sexualidade da criança com Síndrome de Down.

Vale lembrar que a orientação sexual da criança com Síndrome de Down deve sempre partir da família. Diante o despreparo da família em lidar com as manifestações da sexualidade da criança, a escola assume mais esse importante papel; contudo, para que isso ocorra, faz-se necessário investir na formação de

professores. Além disso, é da responsabilidade da escola continuar a educação sexual iniciada pela família.

Esta pesquisa sobre “A sexualidade da criança com Síndrome de Down” foi muito importante para esta acadêmica, pois aprendeu que a sexualidade da criança com Síndrome de Down é um tema que faz parte da natureza humana e que deve ser tratada com respeito por todos os profissionais envolvidos no trabalho com essa criança.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fátima. **Para Entender Síndrome de Down**. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. SEEF **Currículo da Educação Básica das escolas públicas do Distrito Federal**: ensino fundamental - 1ª a 4ª série. 2. ed. Brasília: Secretaria de Educação do Estado, 2002.

BRASIL. MEC, **Parâmetros Curriculares Nacionais** - Pluralidade cultural e orientação sexual. Brasília: Ministério da Educação, 2001. Volume 10.

BOGDAN, Robert; BİKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação**. Porto Alegre: Porto, 1994.

CAMARGO, Ana Maria Faccioli; RIBEIRO, Cláudia. **Sexualidade e infância** – a sexualidade como tema transversal. São Paulo: Moderna, 1999.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem: educação inclusiva**. Porto Alegre: Mediação, 2000.

DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1986.

GUIMARÃES, Isaura. **Educação Sexual na Escola**: Mito ou realidade. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

LOPES, Gerson; MAIA, Mônica. **Conversando com a criança sobre sexo** - Quem vai responder? Belo Horizonte: Autêntica/ FUMEC, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade** – Um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003.

MASTERS, W. H.; JOHNSON, V. E. **A Inadequação Sexual Humana**. São Paulo: Roca, 1985.

MERLEAU-PONTY, M. **A estrutura do comportamento**. Trad. J. A. Corrêa. Belo Horizonte: Interlivros. 1975.

_____. **Fenomenologia da percepção**. Trad. C. A. R. Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

MANTOAN, M. Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: SENAC, 1997.

PIAGET, Jean. **Os Estágios do Desenvolvimento Intelectual da Criança e do Adolescente**. Rio de Janeiro: Forense, 1972.

PINTO, Ênio Brita. **Orientação Sexual na Escola**: a importância da psicopedagogia nessa nova realidade. São Paulo: Gente, 1999.

REVISTA Nova Escola. **Eles querem falar de sexo**. n. 191, abr. 2006.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCHWARTZMAN, J. S. et al. **Síndrome de Down**. São Paulo: Makenzie: Memnon, 1999.

SUPLICY, Marta. **Conversando sobre sexo**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

WERNECK, C. **Muito prazer, eu existo: um livro sobre as pessoas com Síndrome de Down**. 4 ed. rev. Rio de Janeiro: WVA, 1995.

PAI Legal. **A Influência da TV na Sexualidade da Criança**. Disponível em: <<http://www.pailegal.net/psisex.asp?rvTextold=1119392695>>. Acesso em: 12 ago. 2007.

FUNDAÇÃO Síndrome de Down. **Valorizando a diferença**. Disponível em: <<http://www.fsdn.org.br>>. Acesso em: 24 ago. 2007.

CENTRO de Documentação e Informação do Portador de Deficiência. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br>>. Acesso em: 11 out. 2007.

PSICOPEDAGOGIA. **Falando de sexo na escola:** onde está a dificuldade? Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br>>. Acesso em: 8 nov. 2007.

APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA - UNICEUB
 FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE-FACES
 CURSO: PEDAGOGIA – FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA AS SÉRIES
 INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL
 ENTREVISTADORA: Deise Bordin Nimitt
 DATA: ____/____/____

ROTEIRO DE ENTREVISTA SOBRE O TEMA: A SEXUALIDADE DA CRIANÇA COM
 SÍNDROME DE DOWN

IDENTIFICAÇÃO

Sexo: () F () M
 Faixa etária: 20 a 29() 30 a 39() 40 a 49() 50 em diante()
 Formação: _____
 Tempo de Magistério: _____
 Número de alunos: _____
 Série(s) : _____

QUESTÕES

1. Como é o seu trabalho com os alunos com Síndrome de Down?

2. Como se apresenta a sexualidade em uma criança com a Síndrome de Down?

3. Você acha importante a orientação sexual para a criança com Síndrome de Down? Por quê?

-
-
4. A orientação sexual da criança com Síndrome de Down é a mesma para a criança que não possui essa síndrome? Por quê?

-
-
-
-
5. Quais os meios e recursos utilizados nessa orientação? Há algum programa específico nesse sentido?

-
-
-
-
6. Você tem algum tipo de dificuldade quanto a este aspecto?

-
-
-
-
7. Que tipo de apoio você recebe da escola e da Secretaria de Educação para este trabalho?

-
-
-
-
8. Existe uma orientação aos pais sobre a condução da sexualidade nas crianças com essa Síndrome? Quais?

-
-
-
-
9. Os professores devem ter uma formação especial para trabalhar com essas crianças? Qual?
-
-
-

10. Que conselhos você teria para professores quanto à orientação sexual de alunos com a Síndrome de Down?

ANEXO A - PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO ESPECIAL.

8. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Constituição Federal estabelece o direito de as pessoas com necessidades especiais receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III). A diretriz atual é a da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares".

A legislação, no entanto, é sábia em determinar preferência para essa modalidade de atendimento educacional, ressaltando os casos de excepcionalidade em que as necessidades do educando exigem outras formas de atendimento. As políticas recentes do setor têm indicado três situações possíveis para a organização do atendimento: participação nas classes comuns, de recursos, sala especial e escola especial. Todas as possibilidades têm por objetivo a oferta de educação de qualidade.

Diante dessa política, como está a educação especial brasileira?

O conhecimento da realidade é ainda bastante precário, porque não dispomos de estatísticas completas nem sobre o número de pessoas com necessidades especiais nem sobre o atendimento. Somente a partir do ano 2000 o Censo Demográfico fornecerá dados mais precisos, que permitirão análises mais profundas da realidade.

A Organização Mundial de Saúde estima que em torno de 10% da população têm necessidades especiais. Estas podem ser de diversas ordens - visuais, auditivas, físicas, mentais, múltiplas, distúrbios de conduta e também superdotação ou altas habilidades. Se essa estimativa se aplicar também no Brasil, teremos cerca de 15 milhões de pessoas com necessidades especiais. Os números de matrícula nos estabelecimentos escolares são tão baixos que não permitem qualquer confronto com aquele contingente. Em 1998, havia 293.403 alunos, distribuídos da seguinte forma: 58% com problemas mentais; 13,8%, com deficiências múltiplas; 12%, com problemas de audição; 3,1% de visão; 4,5%, com problemas físicos; 2,4%, de conduta. Apenas

0,3% com altas habilidades ou eram superdotados e 5,9% recebiam "outro tipo de atendimento" (Sinopse Estatística da Educação Básica/Censo Escolar 1998, do MEC/INEP).

Dos 5.507 Municípios brasileiros, 59,1% não ofereciam educação especial em 1998. As diferenças regionais são grandes. No Nordeste, a ausência dessa modalidade acontece em 78,3% dos Municípios, destacando-se Rio Grande do Norte, com apenas 9,6% dos seus Municípios apresentando dados de atendimento. Na região Sul, 58,1% dos Municípios ofereciam educação especial, sendo o Paraná o de mais alto percentual (83,2%). No Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul tinha atendimento em 76,6% dos seus Municípios. Espírito Santo é o Estado com o mais alto percentual de Municípios que oferecem educação especial (83,1%).

Entre as esferas administrativas, 48,2% dos estabelecimentos de educação especial em 1998 eram estaduais; 26,8% municipais; 24,8% particulares; e 0,2% federais. Como os estabelecimentos são de diferentes tamanhos, as matrículas apresentam alguma variação nessa distribuição: 53,1% são da iniciativa privada; 31,3% estaduais; 15,2% municipais; e 0,3% federais. Nota-se que o atendimento particular, nele incluído o oferecido por entidades filantrópicas, é responsável por quase metade de toda a educação especial no País. Dadas as discrepâncias regionais e a insignificante atuação federal, há necessidade de uma atuação mais incisiva da União nessa área.

Segundo dados de 1998, apenas 14% desses estabelecimentos possuíam instalação sanitária para alunos com necessidades especiais, que atendiam a 31% das matrículas.

A região Norte é a menos servida nesse particular, pois, o percentual dos estabelecimentos com aquele requisito, baixa para 6%. Os dados não informam sobre outras facilidades como rampas e corrimãos. A eliminação das barreiras arquitetônicas nas escolas é uma condição importante para a integração dessas pessoas no ensino regular, constituindo uma meta necessária na década da educação. Outro elemento fundamental é o material didático-pedagógico adequado, conforme as necessidades específicas dos alunos.

Inexistência, insuficiência, inadequação e precariedades podem ser constatadas em muitos centros de atendimento a essa clientela.

Em relação à qualificação dos profissionais de magistério, a situação é bastante boa: apenas 3,2% dos professores (melhor dito, das funções docentes), em 1998, possuíam o ensino fundamental, completo ou incompleto, como formação máxima. Eram formados em nível médio 51% e, em nível superior, 45,7%. Os sistemas de ensino costumam oferecer cursos de preparação para os professores que atuam em escolas especiais, por isso 73% deles fizeram curso específico. Mas, considerando a diretriz da integração, ou seja, de que, sempre que possível, as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais sejam atendidos em escolas regulares, a necessidade de preparação do corpo docente, e do corpo técnico e administrativo das escolas aumenta enormemente. Em princípio, todos os professores deveriam ter conhecimento da educação de alunos especiais.

Observando as modalidades de atendimento educacional, segundo os dados de 1997, predominam as "classes especiais", nas quais estão 38% das turmas atendidas. 13,7% delas estão em "salas de recursos" e 12,2% em "oficinas pedagógicas". Apenas 5% das turmas estão em "classes comuns com apoio pedagógico" e 6% são de "educação precoce". Em "outras modalidades" são atendidas 25% das turmas de educação especial. Comparando o atendimento público com o particular, verifica-se que este dá preferência à educação precoce, a oficinas pedagógicas e a outras modalidades não especificadas no Informe, enquanto aquele dá prioridade às classes especiais e classes comuns com apoio pedagógico. As informações de 1998 estabelecem outra classificação, chamando a atenção que 62% do atendimento registrado está localizado em escolas especializadas, o que reflete a necessidade de um compromisso maior da escola comum com o atendimento do aluno especial.

O atendimento por nível de ensino, em 1998, apresenta o seguinte quadro: 87.607 crianças na educação infantil; 132.685, no ensino fundamental; 1.705, no ensino médio; 7.258 na educação de jovens e adultos. São informados como "outros" 64.148 atendimentos. Não há dados sobre o atendimento do aluno com necessidades especiais na educação superior. O particular está muito à frente na educação infantil especial (64%) e o estadual, nos níveis fundamental e médio (52 e 49%,

respectivamente), mas o municipal vem crescendo sensivelmente no atendimento em nível fundamental.

As tendências recentes dos sistemas de ensino são as seguintes: . Integração/inclusão do aluno com necessidades especiais no sistema regular de ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas;

- . Ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do atendimento específico;

- . Melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental para essa clientela;

- . Expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas normais.

Apesar do crescimento das matrículas, o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destacam-se: a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração; as adaptações curriculares; a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas novas escolas especiais; a produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades; a adaptação das escolas para que os alunos especiais possam nelas transitar; a oferta de transporte escolar adaptado, etc.

Mas o grande avanço que a década da educação deveria produzir será a construção de uma escola inclusiva, que garanta o atendimento à diversidade humana.

8.2 Diretrizes

A educação especial se destina às pessoas com necessidades especiais no campo da aprendizagem, originadas quer de deficiência física, sensorial, mental ou múltipla, quer de características como altas habilidades, superdotação ou talentos.

A integração dessas pessoas no sistema de ensino regular é uma diretriz constitucional (art. 208, III), fazendo parte da política governamental há pelo menos uma década. Mas, apesar desse relativamente longo período, tal diretriz ainda não produziu a mudança necessária na realidade escolar, de sorte que todas as crianças,

jovens e adultos com necessidades especiais sejam atendidos em escolas regulares, sempre que for recomendado pela avaliação de suas condições pessoais. Uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e dos Municípios, é uma condição para que às pessoas especiais sejam assegurados seus direitos à educação. Tal política abrange: o âmbito social, do reconhecimento das crianças, jovens e adultos especiais como cidadãos e de seu direito de estarem integrados na sociedade o mais plenamente possível; e o âmbito educacional, tanto nos aspectos administrativos (adequação do espaço escolar, de seus equipamentos e materiais pedagógicos), quanto na qualificação dos professores e demais profissionais envolvidos. O ambiente escolar como um todo deve ser sensibilizado para uma perfeita integração. Propõe-se uma escola integradora, inclusiva, aberta à diversidade dos alunos, no que a participação da comunidade é fator essencial. Quanto às escolas especiais, a política de inclusão as reorienta para prestarem apoio aos programas de integração. A educação especial, como modalidade de educação escolar, terá que ser promovida sistematicamente nos diferentes níveis de ensino. A garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência é uma medida importante.

Entre outras características dessa política, são importantes a flexibilidade e a diversidade, quer porque o espectro das necessidades especiais é variado, quer porque as realidades são bastante diversificadas no País.

A União tem um papel essencial e insubstituível no planejamento e direcionamento da expansão do atendimento, uma vez que as desigualdades regionais na oferta educacional atestam uma enorme disparidade nas possibilidades de acesso à escola por parte dessa população especial. O apoio da União é mais urgente e será mais necessário onde se verificam os maiores déficits de atendimento.

Quanto mais cedo se der a intervenção educacional, mais eficaz ela se tornará no decorrer dos anos, produzindo efeitos mais profundos sobre o desenvolvimento das crianças. Por isso, o atendimento deve começar precocemente, inclusive como forma preventiva. Na hipótese de não ser possível o atendimento durante a educação infantil, há que se detectarem as deficiências, como as visuais e auditivas, que podem dificultar a aprendizagem escolar, quando a criança ingressa no ensino fundamental. Existem

testes simples, que podem ser aplicados pelos professores, para a identificação desses problemas e seu adequado tratamento. Em relação às crianças com altas habilidades (superdotadas ou talentosas), a identificação levará em conta o contexto sócio-econômico e cultural e será feita por meio de observação sistemática do comportamento e do desempenho do aluno, com vistas a verificar a intensidade, a frequência e a consistência dos traços, ao longo de seu desenvolvimento.

Considerando as questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem das crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência é fundamental e potencializa a ação de cada um deles. Como é sabido, o atendimento não se limita à área educacional, mas envolve especialistas, sobretudo, da área da saúde e da psicologia e depende da colaboração de diferentes órgãos do Poder Público, em particular os vinculados à saúde, assistência e promoção social, inclusive em termos de recursos. É medida racional que se evite a duplicação de recursos através da articulação daqueles setores desde a fase de diagnóstico de déficits sensoriais até as terapias específicas. Para a população de baixa renda, há ainda necessidade de ampliar, com a colaboração dos Ministérios da Saúde e da Previdência, órgãos oficiais e entidades não-governamentais de assistência social, os atuais programas para oferecimento de órteses e próteses de diferentes tipos. O Programa de Renda Mínima associado a Ações Sócio-educativas (Lei n.9.533/97) estendido a essa clientela, pode ser um importante meio de garantir-lhe o acesso e à frequência à escola.

A formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas creches, pré-escolas, centros de educação infantil, escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições especializadas e outras instituições é uma prioridade para o Plano Nacional de Educação. Não há como ter uma escola regular eficaz quanto ao desenvolvimento e aprendizagem dos educandos especiais sem que seus professores, demais técnicos, pessoal administrativo e auxiliar sejam preparados para atendê-los adequadamente. As classes especiais, situadas nas escolas "regulares", destinadas aos alunos parcialmente integrados, precisam contar com professores especializados e material pedagógico adequado.

As escolas especiais devem ser enfatizadas quando as necessidades dos alunos assim o indicarem. Quando esse tipo de instituição não puder ser criado nos Municípios menores e mais pobres, recomenda-se a celebração de convênios intermunicipais e com organizações não-governamentais, para garantir o atendimento da clientela.

Certas organizações da sociedade civil, de natureza filantrópica, que envolvem os pais de crianças especiais, têm, historicamente, sido um exemplo de compromisso e de eficiência no atendimento educacional dessa clientela, notadamente na etapa da educação infantil.

Longe de diminuir a responsabilidade do Poder Público para com a educação especial, o apoio do governo a tais organizações visa tanto à continuidade de sua colaboração quanto à maior eficiência por contar com a participação dos pais nessa tarefa. Justifica-se, portanto, o apoio do governo a essas instituições como parceiras no processo educacional dos educandos com necessidades especiais.

Requer-se um esforço determinado das autoridades educacionais para valorizar a permanência dos alunos nas classes regulares, eliminando a nociva prática de encaminhamento para classes especiais daqueles que apresentam dificuldades comuns de aprendizagem, problemas de dispersão de atenção ou de disciplina. A esses deve ser dado maior apoio pedagógico nas suas próprias classes, e não separá-los como se precisassem de atendimento especial.

Considerando que o aluno especial pode ser também da escola regular, os recursos devem, também, estar previstos no ensino fundamental. Entretanto, tendo em vista as especificidades dessa modalidade de educação e a necessidade de promover a ampliação do atendimento, recomenda-se-lhe reservar uma parcela equivalente a 5 ou 6% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino.

8.3 Objetivos e Metas

1. Organizar, em todos os Municípios e em parceria com as áreas de saúde e assistência, programas destinados a ampliar a oferta da estimulação precoce (interação educativa adequada) para as crianças com necessidades educacionais especiais, em instituições especializadas ou regulares de educação infantil, especialmente creches. **

2. Generalizar, em cinco anos, como parte dos programas de formação em serviço, a oferta de cursos sobre o atendimento básico a educandos especiais, para os

professores em exercício na educação infantil e no ensino fundamental, utilizando inclusive a TV Escola e outros programas de educação a distância.

3. Garantir a generalização, em cinco anos, da aplicação de testes de acuidade visual e auditiva em todas as instituições de educação infantil e do ensino fundamental, em parceria com a área de saúde, de forma a detectar problemas e oferecer apoio adequado às crianças especiais.

4. Nos primeiros cinco anos de vigência deste plano, redimensionar conforme as necessidades da clientela, incrementando, se necessário, as classes especiais, salas de recursos e alternativas pedagógicas recomendadas, de forma a favorecer e apoiar a integração dos educandos com necessidades especiais em classes comuns, fornecendo-lhes o apoio adicional de que precisam.

5. Generalizar, em dez anos, o atendimento dos alunos com necessidades especiais na educação infantil e no ensino fundamental, inclusive através de consórcios entre Municípios, quando necessário, provendo, nestes casos, o transporte escolar.

6. Implantar, em até quatro anos, em cada unidade da Federação, em parceria com as áreas de saúde, assistência social, trabalho e com as organizações da sociedade civil, pelo menos um centro especializado, destinado ao atendimento de pessoas com severa dificuldade de desenvolvimento **

7. Ampliar, até o final da década, o número desses centros, de sorte que as diferentes regiões de cada Estado contem com seus serviços.

8. Tornar disponíveis, dentro de cinco anos, livros didáticos falados, em Braille e em caracteres ampliados, para todos os alunos cegos e para os de visão sub-normal do ensino fundamental.

9. Estabelecer, em cinco anos, em parceria com as áreas de assistência social e cultura e com organizações não-governamentais, redes municipais ou intermunicipais para tornar disponíveis aos alunos cegos e aos de visão sub-normal livros de literatura falados, em Braille e em caracteres ampliados.

10. Estabelecer programas para equipar, em cinco anos, as escolas de educação básica e, em dez anos, as de educação superior que atendam educandos surdos e aos de visão sub-normal, com aparelhos de amplificação sonora e outros equipamentos que

facilitem a aprendizagem, atendendo-se, prioritariamente, as classes especiais e salas de recursos.

11. Implantar, em cinco anos, e generalizar em dez anos, o ensino da Língua Brasileira de Sinais para os alunos surdos e, sempre que possível, para seus familiares e para o pessoal da unidade escolar, mediante um programa de formação de monitores, em parceria com organizações não-governamentais.

12. Em coerência com as metas nº 2, 3 e 4, da educação infantil e metas nº 4.d, 5 e 6, do ensino fundamental:

a) estabelecer, no primeiro ano de vigência deste plano, os padrões mínimos de infraestrutura das escolas para o recebimento dos alunos especiais;

b) a partir da vigência dos novos padrões, somente autorizar a construção de prédios escolares, públicos ou privados, em conformidade aos já definidos requisitos de infraestrutura para atendimento dos alunos especiais;

c) adaptar, em cinco anos, os prédios escolares existentes, segundo aqueles padrões.

13. Definir, em conjunto com as entidades da área, nos dois primeiros anos de vigência deste plano, indicadores básicos de qualidade para o funcionamento de instituições de educação especial, públicas e privadas, e generalizar, progressivamente, sua observância.

14. Ampliar o fornecimento e uso de equipamentos de informática como apoio à aprendizagem do educando com necessidades especiais, inclusive através de parceria com organizações da sociedade civil voltadas para esse tipo de atendimento.

15. Assegurar, durante a década, transporte escolar com as adaptações necessárias aos alunos que apresentem dificuldade de locomoção.

16. Assegurar a inclusão, no projeto pedagógico das unidades escolares, do atendimento às necessidades educacionais especiais de seus alunos, definindo os recursos disponíveis e oferecendo formação em serviço aos professores em exercício.

17. Articular as ações de educação especial e estabelecer mecanismos de cooperação com a política de educação para o trabalho, em parceria com organizações governamentais e não-governamentais, para o desenvolvimento de programas de qualificação profissional para alunos especiais, promovendo sua colocação no mercado

de trabalho. Definir condições para a terminalidade para os educandos que não puderem atingir níveis ulteriores de ensino.

18. Estabelecer cooperação com as áreas de saúde, previdência e assistência social para, no prazo de dez anos, tornar disponíveis órteses e próteses para todos os educandos com deficiências, assim como atendimento especializado de saúde, quando for o caso.

19. Incluir nos currículos de formação de professores, nos nível médio e superior, conteúdos e disciplinas específicas para a capacitação ao atendimento dos alunos especiais.

20. Incluir ou ampliar, especialmente nas universidades públicas, habilitação específica, em níveis de graduação e pós-graduação, para formar pessoal especializado em educação especial, garantindo, em cinco anos, pelo menos um curso desse tipo em cada unidade da Federação.

21. Introduzir, dentro de três anos a contar da vigência deste plano, conteúdos disciplinares referentes aos educandos com necessidades especiais nos cursos que formam profissionais em áreas relevantes para o atendimento dessas necessidades, como Medicina, Enfermagem e Arquitetura, entre outras.

22. Incentivar, durante a década, a realização de estudos e pesquisas, especialmente pelas instituições de ensino superior, sobre as diversas áreas relacionadas aos alunos que apresentam necessidades especiais para a aprendizagem.

23. Aumentar os recursos destinados à educação especial, a fim de atingir, em dez anos, o mínimo equivalente a 5% dos recursos vinculados à manutenção e desenvolvimento do ensino, contando, para tanto, com as parcerias com as áreas de saúde, assistência social, trabalho e previdência, nas ações referidas nas metas nº 6, 9, 11, 14, 17 e 18.

24. No prazo de três anos a contar da vigência deste plano, organizar e pôr em funcionamento em todos os sistemas de ensino um setor responsável pela educação especial, bem como pela administração dos recursos orçamentários específicos para o atendimento dessa modalidade, que possa atuar em parceria com os setores de saúde, assistência social, trabalho e previdência e com as organizações da sociedade civil.

25. Estabelecer um sistema de informações completas e fidedignas sobre a população a ser atendida pela educação especial, a serem coletadas pelo censo educacional e pelos censos populacionais.

26. Implantar gradativamente, a partir do primeiro ano deste plano, programas de atendimento aos alunos com altas habilidades na área artística, intelectual ou psicomotora.

27. Assegurar a continuidade do apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fim lucrativo com atuação exclusiva em educação especial, que realizem atendimento de qualidade, atestado em avaliação conduzida pelo respectivo sistema de ensino.

28. Observar, no que diz respeito a essa modalidade de ensino, as metas pertinentes estabelecidas nos capítulos referentes aos níveis de ensino, à formação de professores e ao financiamento e gestão.

ANEXO B - LEI Nº 9394/96 – LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL – 20 DE DEZEMBRO DE 1996.

CAPITULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.

§3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I – currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV – educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade

de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder público.

Parágrafo único. O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

LEI N. º 7.853 de 24 de outubro de 1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a **Coordenadoria para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE**, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo Único. Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgão e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos desta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – na área da educação:

a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;

b) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino;

d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial em nível pré-escolar e escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a um (um) ano, educandos portadores de deficiência;

e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsa de estudo;

f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem ao sistema regular de ensino.